

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

APROVADA POR MAIORIA
COM 6 ABSTENÇÕES.



1 Sessão da 29.04.2015 **SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015**

2 A Mesa.

3 **ATA Nº 01**



4 Aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Alcácer do Sal e
5 Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária,
6 António dos Mártires Balona, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da Silva,
7 Primeiro Secretário da Mesa, Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Segundo Secretário da
8 Mesa e os Membros, Duarte Manuel Lynce de Faria, Manuel Fernando Silva da Rocha, Maria
9 Antónia Incenso dos Reis Mendes, Luís Miguel Visinho Nunes, Nuno Miguel Adelaide Rodrigues
10 Dias, Maria Helena Murcho Guerreiro, Luzia Maria Carvalho Maurício, Maria Antónia Foito Crespo,
11 Serafim António Martins Inocêncio, Vítor Manuel Elias Rosa, Ana Isabel Bernardo Semião, Sara
12 Patrícia Guerreiro Jacinto, Marco Jeremias (em regime de substituição), Maria Gertrudes Miguel
13 (em regime de substituição), Carlos Alberto Santana Baião, Jerónimo Jacinto de Almeida, José
14 Carlos Nascimento dos Reis, Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União das Freguesias
15 de Alcácer do Sal e Santa Susana, Virgílio Manuel da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do
16 Torrão, Paulo Oliveira (em regime de substituição), e Albino António Batista Francisquinho,
17 Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

18
19 Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal,
20 Ana Isabel Paulino Chaves, Vice-Presidente e os Vereadores, Manuel Vítor Nunes de Jesus e
21 Luísa Maria Pestana Ferreira.

22
23 Verificou-se a ausência dos Deputados Leonardo Jacinto, Leónia Gomes e Maria Tomás tendo os
24 mesmos apresentado justificação, que fica arquivada em pasta anexa à ata.

25
26 Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, verificou-se a existência de quórum, pelo que o
27 Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

28
29 **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** _____

30
31 O Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e esclareceu a alteração que
32 tinha sido efectuada na convocatória, e de seguida solicitou ao Segundo Secretário que
33 procedesse à leitura do resumo da correspondência.

34

35 **1. Expediente:**

36 O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência, recebida no período de
37 21-12-2014 a 16-02-2015, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando arquivado em
38 pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

39

40 **2. Análise e votação da Ata da sessão realizada em 20/12/2015:**

41 - Ata nº 06 de 18 de Dezembro de 2014 foi aprovada, por maioria, com 2 abstenções das
42 Deputadas Maria Antónia Reis Mendes e Sara Jacinto, por ausência na referida reunião.

43

44 O Presidente da Assembleia entregou a resposta ao requerimento apresentado pelos Deputados
45 do PS na última sessão, sobre os edifícios públicos e equipamentos municipais com amianto, no
46 concelho de Alcácer do Sal

47

48 O Presidente da Assembleia informou que foram presentes à Mesa da Assembleia Municipal, as
49 seguintes moções, Moção "A" – *(Sobre Delegação De Competências Para Os Municípios)*,
50 apresentada pelos Deputados da CDU.

51 A Moção "B" - *(Pela Regionalização, Pela Descentralização, Contra O Eleitoralismo Do Governo*
52 *PSD/CDS-PP)*, apresentada pelos Deputados do PS.

53 A Moção "C" *(A Rede Viária E O Acesso Á Saúde Preocupam Os Autarcas Do Litoral Alentejano)*,
54 apresentada pela mesa da Assembleia Municipal.

55

56 Seguidamente, foram apresentadas as moções "A" e "B", para apreciação e votação conjunta.

57 A moção "A" - *(Sobre Delegação De Competências Para Os Municípios)*, apresentada pelos
58 Deputados da CDU, foi lida pela deputada Luzia Carvalho e a moção "B" – *(Pela Regionalização,*
59 *Pela Descentralização, Contra O Eleitoralismo Do Governo PSD/CDS-PP)*,), apresentada pelos
60 deputados do PS, foi lida pelo deputado Duarte Lynce de Faria.

61 O Presidente da Assembleia colocou as duas moções a discussão.

62

63 **Intervenções:**

64 O Deputado Duarte Lynce Faria interveio referindo que o mecanismo de delegação de
65 competências era um ardil, iria criar regimes diferenciados, subjugar os municípios com menores
66 recursos, pela via dos investimentos ou pelo concurso ao quadro comunitário, necessariamente irá
67 haver sempre uma parte que virá do próprio orçamento de estado, mas cada vez mais irão ter
68 dificuldades em serem autónomos, o que põe em causa a autonomia do poder local.

69 O Deputado referiu ainda que esta situação estava reflectida na moção apresentada, e concluiu
70 que a delegação de competências era uma afronta ao poder local.

71

72 O Deputado Serafim Inocêncio cumprimentou os presentes e referiu que, como estava ligado à
73 área da educação, tinha ficado bastante preocupado com a “delegação de competências”, uma vez
74 que os professores não tinham sido ouvidos.

75 Acrescentou, que cada escola era culturalmente única e cada concelho tinha as suas necessidades
76 e constrangimentos, mas a administração central, não poderia marginalizá-las quanto aos
77 interesses comunitários de todas as populações.

78 O Deputado disse ainda, que os municípios iriam ser meros executores, subordinados, subvertendo
79 tudo o que é a autonomia do poder local.

80 Relativamente às escolas referiu que os órgãos de gestão iriam ficar vazios, ficando apenas meros
81 executores. Referiu que existiam uma série de questões que eram muito duvidosas e concluiu
82 afirmando que seria o início do esvaziamento da escola pública.

83

84 Usou da palavra a Deputada Luzia Carvalho, esclarecendo que a tomada de posição que tiveram
85 relativamente à moção apresentada, resumia-se ao facto de considerarmos o decreto-lei um
86 atentado grave à autonomia local, uma vez que para o Governo, as autarquias não são um quadro
87 com delegação de competências próprias e não passam de meros executores da sua política.
88 Salientou, que no decreto-lei, o Governo fala em descentralização, mas o que propõe, não é uma
89 transferência de competências do estado, para as autarquias, será sim um modelo de
90 contratualização com uma imposição de uma tutela de mérito.

91 A deputada disse também, que a alegada transferência de competências e descentralização, não
92 iria ter nenhum aumento de recursos e que por trás deste decreto-Lei, estavam escondidos os
93 ataques à Escola Pública, ao Serviço Nacional de Saúde, à Segurança Social e inclusive ao
94 património e à cultura.

95 Referiu ainda, que o que estava subjacente ao decreto-lei, era a desresponsabilização do governo
96 das suas funções sociais e desta forma, transferiam para as autarquias, o ónus do
97 descontentamento das populações.

98

99 Conclui dizendo que fazia todo o sentido a apresentação das duas moções e a tomada de posição
100 neste órgão.

101

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

102 O Deputado Duarte Lynce Faria afirmou que o governo se estava a portar como uma empresa de
103 trabalho temporário, ou seja, estava a fazer uma cedência de mão-de-obra aos municípios e que
104 tinham de reagir relativamente a essa situação.

105 O Deputado referiu ainda, que era altura de renovarem algo que estava previsto na Constituição, -
106 a constituição de regiões administrativas, salientando que há alguns anos atrás, não tinham
107 conseguido passar a mensagem, mas pensa que é altura de se fazer uma verdadeira reforma do
108 Estado criando entidades supramunicipais autárquicas, com órgãos eleitos directamente, o que iria
109 beneficiar em muito o Alentejo.

110

111 O Presidente da Assembleia, referiu o repúdio que todos sentiam pelas medidas que constam no
112 decreto-lei e tendo em conta que as duas moções referem um parecer da ANMP, perguntou ao Sr.
113 Presidente da Câmara se pretendia usar da palavra, uma vez que tem tido um papel bastante
114 activo dentro da ANMP.

115

116 O Presidente da Câmara cumprimentou os presentes, e disse que concordava com a aprovação
117 das moções, uma vez que, efectivamente, o caminho que o governo trilhava, não se encontrava na
118 Constituição. Referiu, que o que estava a acontecer no momento era uma descarga de
119 compromissos que são competências do Estado Português, e na sua visão, é um Estado que
120 rejeita o estado social.

121 Afirmou, que o que estava a acontecer no momento, não se poderia considerar uma
122 descentralização, acrescentando que o governo tinha pedido à Associação Nacional de Municípios
123 Portugueses um parecer, que a mesma já tinha emitido, e tinha sido desfavorável.

124 Terminou dizendo que não existia uma verdadeira descentralização, e que a questão das regiões
125 iria estar na ordem do dia no XXII Congresso da ANMP. Referiu também a questão das trinta e
126 cinco horas semanais, porque o governo está a tentar arranjar uma maneira de contornar os ACEP,
127 situação que já mereceu o repúdio por parte da ANMP.

128 O Presidente da Assembleia colocou as duas moções a votação.

129 **Deliberação: As duas moções foram aprovadas, por unanimidade.**

130 As moções "A" e "B", que aqui se dão como transcritas e reproduzidas, ficam em pasta anexa à
131 presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

132 O Presidente da Assembleia informou que a moção "C" era apresentada pela mesa da Assembleia
133 Municipal.

134 A Moção "C" - *(A rede viária e o acesso à saúde preocupam os autarcas do litoral alentejano)*,
135 apresentada pela mesa da Assembleia Municipal, foi lida pela segunda secretária, Fátima Leite.

136 O Presidente da Assembleia colocou a moção a discussão.

137 **Intervenções:**

138 O Deputado Manuel Rocha, cumprimentou os presentes e informou que a Comissão de Utentes do
139 IC1, no dia vinte e sete de Fevereiro, em conjunto com a população, iria promover mais uma
140 iniciativa para se conseguir a sua rápida e urgente reparação e beneficiação.

141 O Deputado solicitou autorização à mesa da Assembleia, para distribuir flyers referentes à
142 iniciativa.

143 Seguidamente perguntou ao Presidente da Câmara se poderia avançar com mais alguns
144 esclarecimentos, uma vez que, tinha conhecimento que, o mesmo, tinha tido uma reunião com o
145 Sr. Ministro da Economia e com a EP.

146

147 Usou da palavra o Deputado Nuno Dias, que cumprimentou os presentes e referiu que estava de
148 acordo com a moção e sugeriu que mesma fosse enviada aos órgãos de comunicação social, local
149 e regional, tendo em conta, a abrangência da questão em causa.

150 Relativamente à rede viária, congratulou-se, não só, com a postura da Câmara Municipal e da
151 Assembleia Municipal, mas também, com a do grupo de utentes, referindo que a iniciativa do dia
152 vinte e sete de Fevereiro era muito importante e que urgia mobilizar a população, uma vez que é a
153 população que se depara com o problema.

154 Acrescentou ainda, que já tinha havido perdas de vidas, que lamentava a posição do poder central,
155 e reforçou uma vez mais o papel do Município, da Assembleia Municipal e da rede de utentes.

156 Relativamente às questões da saúde, o Deputado salientou que, uma vez mais, se verificava o
157 esvaziamento das funções sociais do Estado e existia uma clara intenção de desvalorização da
158 qualidade de serviços de saúde, com a retirada de várias especialidades do Hospital do Litoral
159 Alentejano. Afirmou que era inaceitável, a falta de médicos especialistas, devido às condições de
160 contratação e remuneração.

161 Terminou, fazendo referência ao encerramento dos Centros de Saúde e às suas Extensões.

162

163 O Deputado Duarte Lynce Faria disse que subscrevia as palavras dos colegas e acrescentou, que
164 infelizmente sabiam as consequências, através dos órgãos de comunicação social, e questiona se
165 relativamente aos acidentes que ocorrem, se não era possível os próprios fazerem de repórteres ao
166 governo e ao Sr. Ministro da Economia, ou seja os municípios mensalmente deveriam enviar um
167 ofício a relatar as consequências que entretanto vão sucedendo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

168 O Deputado relatou ainda, que conduzia um motociclo e que à noite na estrada entre Alcácer do al
169 e Grândola, não via onde estavam os buracos, ou seja, não conseguia visualizar onde se
170 encontram os riscos.

171

172 O Deputado Manuel Rocha, informou que relativamente à Comissão de Utentes do IC1, a mesma,
173 informava com regularidade o governo e a EP.

174

175 O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para louvar as acções que tinham sido
176 levadas a cabo pela Comissão de Utentes do IC1 e referiu ainda, que a propaganda da mesma
177 comissão, tinha sido retirada, mas os autores já tinham sido identificados e no momento, já está
178 reposta.

179 Relativamente aos acidentes, informou que no espaço de um mês tinham falecido quatro pessoas e
180 quanto à sensibilização dos responsáveis a Protecção Civil tinha toda a legitimidade, para
181 apresentar o relatório das ocorrências, junto do poder central.

182

183 O Presidente da Câmara deu conhecimento que a CIMAL, tinha tido uma reunião com o Sr.
184 Ministro da Economia e a sua equipa, e a resposta que tinham obtido era que, a partir do mês de
185 Fevereiro, iriam dar início a um procedimento para o IC1, e que no ano de 2017 a reparação entre
186 Alcácer do Sal e Grândola, estaria concluída. Mas na reunião que tiveram com a EP, foram
187 informados que não havia dinheiro para se fazer uma intervenção de fundo. Saliou ainda, a
188 presença do Eng.º António Seco, que apresentou um trabalho notabilíssimo na área da Protecção
189 Civil.

190 Concluiu, que era um problema político e não da EP, pelo que toda a pressão seria útil.

191

192 O Presidente da Assembleia colocou a moção a votação.

193 **Deliberação: A moção foi aprovada, por unanimidade.**

194 A moção "C", que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da
195 mesma fazendo parte integrante.

196

197

198 INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO

199

200 O Deputado Nuno Dias, disse que teve conhecimento da vinda do Presidente da CCDRA ao
201 Concelho de Alcácer do Sal, para visita ao concelho e reunião com vários empresários e

202 instituições do concelho e acredita que se abre uma perspectiva de excelentes possibilidades, para
203 haver candidaturas a projetos, que são bastante importantes para o desenvolvimento do concelho,
204 mas gostaríamos, de ter mais informações para se conhecer melhor os resultados desta iniciativa.

205 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Virgílio Silva, cumprimentou os presentes e pediu
206 mais informações sobre a representação do concelho na BTL-Feira Internacional de Turismo.
207 Perguntou ainda ao Presidente da Câmara, se havia mais algumas informações sobre a *Feira*
208 *Quinhentista no Torrão*.

209 Interveio a seguir a Deputada Maria Antónia Reis Mendes, que cumprimentou os presentes e
210 referiu que tinha sido com enorme satisfação que tomou conhecimento da representação do
211 concelho na BTL-Feira Internacional de Turismo e disse que todos sabiam o quão importante que
212 era estar presente neste tipo de iniciativa. Acrescentou que era uma forma de se dar a conhecer o
213 que se tem de melhor, os nossos produtos, a gastronomia, os monumentos, enfim, a nossa terra.

214 A Deputada referiu ainda que a BTL-Feira Internacional de Turismo era visitada por profissionais
215 ligados ao turismo e pelo público, e atrair pessoas para o concelho representava um incentivo para
216 os comerciantes, o que refletiria certamente, na economia local. Concluiu, dizendo que todos
217 sentem orgulho no nosso concelho e agradece ao Presidente e aos Vereadores em exercício, por
218 não perderem a oportunidade de o dar a conhecer.

219
220 O Deputado Luís Nunes, cumprimentou os presentes e sugeriu que se deveria aproveitar as
221 candidaturas do Portugal 2020, para que fosse substituído o fibrocimento que existe nos edifícios
222 municipais e na rede de águas.

223
224 Interveio a Deputada Maria Antónia Crespo, que cumprimentou os presentes e realçou as
225 melhorias que estavam a ser efectuadas no Parque de Campismo e solicitou ao executivo, que
226 informasse, em concreto, quais os melhoramentos que estavam a ser postos em prática.

227
228 O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para responder às
229 questões que foram colocadas.

230 O Presidente da Câmara, relativamente à questão do fibrocimento, esclareceu que, os deputados
231 da bancada do PS, tinham obtido a resposta por escrito ao requerimento que tinham entregue.
232 Acrescentou que efectivamente, deveriam aproveitar os financiamentos comunitários, mas
233 salientou, que os mesmos, por vezes eram limitados e ainda existiam muitas dúvidas.

234 Quanto ao Parque de Campismo, o mesmo tinha sofrido intervenções nas áreas da circulação
235 rodoviária, pinturas exteriores, obras de construção civil nas instalações sanitárias e também nos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

236 espaços verdes, tendo em conta que se aproxima o novo ano turístico, e que o mesmo tinha que
237 ser melhorado.

238 Em relação à BTL-Feira Internacional de Turismo, informou que o município de Alcácer do Sal, iria
239 estar presente, e o Alentejo, era a região convidada especial da BTL. O espaço teria como tema:
240 Alcácer Rio de Culturas, e estariam representados todos os produtos regionais, e também se iria
241 fazer a divulgação da *Feira Quinhentista do Torrão*.

242 Terminou os esclarecimentos, com a visita do Presidente da CCDR, que tinha sido no dia anterior e
243 tinha sido dividida em duas partes, no período da manhã tinha-se percorrido um conjunto de
244 espaços, com a eventualidade de terem financiamento comunitário. Referiu ainda, que quando
245 visitaram a Cripta Arqueológica, ficaram maravilhados, realçando que era importante fazer uma
246 divulgação a nível mundial, acrescentando que a estratégia, seria a sua divulgação no sentido da
247 sua valorização. No período da tarde, tinha havido uma reunião com os grandes investidores de
248 Alcácer do Sal e potenciais investidores. A referida reunião, teve 50 presenças, tirando o executivo
249 e os técnicos da câmara. Referiu também que a Associação ACM, quer investir em Alcácer do Sal,
250 e acrescentou que os mesmos têm feito um trabalho notável em Setúbal.

251 Concluiu, que tinha sido bastante positivo, uma vez que os investidores tiveram oportunidade de
252 tirar as suas dúvidas relativamente ao financiamento do Portugal 2020.

253

254 **ORDEM DE TRABALHOS**

255

256 **1 - Análise e votação da proposta referente ao Parecer sobre os Projectos de Lei n.ºs 713/XII –**
257 **Criação da Freguesia de Santiago – Alcácer do Sal – Concelho de Alcácer do Sal Distrito de**
258 **Setúbal; 715/XII – Criação da Freguesia de Santa Maria do Castelo – Alcácer do Sal – Concelho de**
259 **Alcácer do Sal Distrito de Setúbal e 719/XII Criação da Freguesia de Santa Susana – Alcácer do**
260 **Sal – Concelho de Alcácer do Sal Distrito de Setúbal – todas da iniciativa do Grupo Parlamentar do**
261 **PCP.**

262 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão.

263 **Intervenções:**

264 O Deputado Duarte Lynce de Faria, lembrou que, anteriormente tinham votado contra, por
265 unanimidade, a Junção de Freguesias. Referiu, que esta proposta merece o seu apoio e que
266 concorda que a mesma seja trazida à Assembleia Municipal e seja reforçada na Assembleia da
267 República, porque é importante continuar a lutar por esta causa.

MB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

268 Disse, que foi feita uma reorganização administrativa a régua e esquadro e que, para os deputados
269 que suportam o governo, foi-lhes completamente indiferente e nunca pensaram nas populações e
270 na melhor gestão daquilo que são as necessidades e as competências das freguesias.

271 Referiu ainda que, estão numa zona que não tem muita população e se não for pela via
272 institucional das Câmaras e das Assembleias Municipais, dificilmente têm uma representação
273 proporcional do ponto de vista de cidadãos eleitores, que permita ter mais deputados na
274 Assembleia do que aqueles que as zonas mais populosas têm. Acrescentou que, teme que cada
275 vez mais a zona do Alentejo fique esquecida e empobrecida e que se está a assistir cada vez mais
276 a um êxodo, que antigamente era apenas nas aldeias e agora é também nas vilas e nas cidades de
277 média dimensão, que começam a perder cada vez mais, a sua massa trabalhadora do ponto de
278 vista etário. Disse também que as freguesias têm um papel fundamental a desempenhar nesta
279 questão.

280

281 Usou da palavra o Presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal, Arlindo José Passos que
282 referiu esperar que, desta vez, a Assembleia da República tenha em consideração esta posição,
283 porque da última vez não o fizeram. Referiu que, presidentes de uniões de freguesia que
284 antigamente estavam contra, depois ficaram a favor, porque ficaram com um território maior e com
285 mais poder.

286

287 O Presidente da Assembleia, congratulou-se, não só, pela apresentação destes projectos na
288 Assembleia da República, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, mas também,
289 pela convicção, firmeza e coerência dos membros desta assembleia, que reflecte o sentimento, não
290 só dos deputados, mas também da população. Afirmou que, a questão da dimensão do concelho, a
291 proximidade às populações, entre outros, são factores que devem pesar, para que os órgãos
292 autárquicos, voltem àquilo que eram, no concelho.

293

294 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

295 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

296 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
297 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

298

299 **2 - Análise e votação da proposta referente ao XXII Congresso da Associação Nacional de**
300 **Municípios Portugueses – Eleição de um representante das Juntas de Freguesia e de um**
301 **substituto.**

302 **Intervenções:**

303 O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que como todos os presidentes das Juntas de
304 Freguesia são da CDU, deve ser o Grupo Municipal da CDU a fazer uma proposta.

305

306 O Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados do Grupo Municipal da CDU para fazerem
307 uma proposta.

308

309 O Deputado Manuel Rocha, informou que os deputados da CDU propõem para efectivo o
310 Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Virgílio Silva e como substituto o Presidente da Junta
311 de Freguesia de S. Martinho, Albino Francisquinho.

312

313 O Presidente da Assembleia, solicitou à secretária que procedesse à distribuição dos boletins de
314 voto.

315 **Deliberação: Aprovado por Maioria, com 16 votos a favor e 8 abstenções, a eleição do Presidente**
316 **da Junta de Freguesia do Torrão, Virgílio Silva como efetivo e o Presidente da Junta de Freguesia**
317 **de S. Martinho, Albino Francisquinho como substituto.**

318 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
319 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

320

321 **3 - Análise e votação da proposta referente à Abertura de procedimento concursal comum na**
322 **modalidade de regime de contrato de trabalho por tempo determinado, a termo resolutivo certo,**
323 **para a ocupação de um posto de trabalho na categoria de técnico superior (área de higiene e**
324 **segurança no trabalho) para o desempenho de funções no sector de avaliação, formação, higiene,**
325 **segurança e saúde no trabalho, da Divisão de Recursos humanos.**

326 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão.

327 **Intervenções:**

328 O Deputado Duarte Lynce de Faria, em relação a este ponto e ao seguinte, disse ter apenas uma
329 questão que lhe parece já ter sido ultrapassada, porque nas propostas vêm a dizer que se cumpre
330 a questão da despesa com o pessoal. Acrescentou que, os valores da massa salarial
331 orçamentados para o ano de dois mil e quinze são superiores aos de dois mil e catorze. Disse que,
332 estes dois procedimentos concursais, vêm depois de, no dia vinte e dois de Janeiro de dois mil e
333 quinze e que de acordo com a ata da Câmara Municipal, se procedeu à anulação de um
334 procedimento concursal, onde o executivo disse que se impõem, que não seja aumentada a
335 despesa com o pessoal, nem ultrapassado o montante da despesa, o que se pressupõe que a

336 anulação desse procedimento concursal teve a ver com razões financeiras. Referiu que, como
337 estes dois concursos são posteriores, deduz que essa situação já está devidamente
338 salvaguardada.

339

340 O Presidente da Câmara, solicitou ao Presidente da Assembleia que fosse dada a palavra à
341 Vereadora Ana Chaves, o que lhe foi concedido, tendo a mesma dito, que estas duas propostas
342 são para contratar dois técnicos superiores, para duas áreas especializadas. Em relação à
343 anulação do outro procedimento concursal, esclareceu que, se deveu às restrições das despesas
344 com pessoal impostas pelo orçamento de estado e também com a reavaliação das necessidades
345 dos serviços.

346

347 O Deputado Duarte Lynce de Faria, questionou sobre qual é a situação actual da *internalização* do
348 pessoal da EMSUAS.

349

350 O Presidente da Câmara, solicitou ao Presidente da Assembleia que lhe fosse concedida a palavra
351 e informou que só iria falar sobre as propostas que estão na ordem do dia e que se o deputado
352 queria colocar a questão sobre a EMSUAS, deveria tê-lo feito antes da ordem do dia.

353 Referiu que, compreende a preocupação que o Deputado Duarte Lynce de Faria colocou, mas que
354 a mesma, não tem substância para o caso, porque a abertura do procedimento tem em conta a
355 componente financeira e que estão a falar de duas áreas estritamente importantes para as câmaras
356 municipais, para as quais é possível abrir concurso.

357 Esclareceu que, na área da higiene e segurança no trabalho, o município está a pagar em média,
358 vinte e quatro mil euros por ano, a empresas externas, para executarem os planos de higiene e
359 segurança no trabalho, nos processos de contratação pública de empreitadas.

360 Em relação à proposta sobre o SIG (Sistema de Informação Geográfica), disse que como não é
361 possível a nenhum município não ter pelo menos um técnico para a cartografia de sistemas de
362 informação geográfica e como a Câmara Municipal de Alcácer do Sal não dispunha, é necessário
363 contratar um técnico nesta área. Informou que, foram buscar uma técnica à Câmara Municipal de
364 Grândola e que agora está um estagiário a trabalhar nesta área, que se está a revelar um técnico
365 de grande nível. Acrescentou que, a técnica implementou o arranque de um sistema de produção
366 própria de cartografia, que permitiu fazer a alteração da Carta da Reserva Ecológica Nacional e
367 que não é possível estar no processo de renovação do PDM sem cartografia.

368

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

369 O Presidente da Câmara, informou ainda, que num passado recente, as câmaras tinham um
370 número elevado de administrativos e operativos e, algumas delas descuraram a componente
371 técnica. É necessário haver um equilíbrio, porque com as exigências técnicas, administrativas e
372 sobretudo processuais que se colocam à sociedade e às câmaras municipais, é indispensável para
373 cumprir normas, princípios e directivas, ter técnicos muito bons nas câmaras municipais. Referiu
374 que estão a efectuar uma opção rigorosa, relativamente às necessidades municipais.

375

376 O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu, que a questão que colocou não tinha tanto a ver com o
377 pessoal da EMSUAS, mas tinha a ver com as posições tomadas na Assembleia Municipal e aquilo
378 que queria saber era a prioridade do executivo em relação a estes concursos e relativamente à
379 internalização da EMSUAS, porque há duas questões fundamentais, uma de prioridades e outra de
380 despesa e foi nestas duas ópticas, que trouxe à colação estes dois pontos que estão relacionados.

381

382 O Presidente da Câmara, informou que noventa e nove por cento dos funcionários da EMSUAS já
383 estão na Câmara e que o processo está a correr muito bem e é um caso inédito no país.

384

385 O Deputado Duarte Lynce de Faria, disse que esta é uma questão política e que a
386 responsabilidade também é política.

387

388 Interveio a seguir o Deputado Serafim Inocência, em relação à abertura do procedimento concursal
389 para um técnico na área de geografia, disse que, ficou admirado por a vaga já estar preenchida,
390 porque o Sr. Presidente da Câmara informou que havia um técnico muito bom a estagiar na
391 Câmara.

392

393 O Presidente da Câmara, esclareceu que o lugar não está preenchido e que o técnico mencionado,
394 está a estagiar no município.

395

396 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

397 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 8 abstenções dos Deputados do PS.**

398 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
399 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

400

401 **4 - Análise e votação da proposta referente à Abertura de procedimento concursal comum na**
402 **modalidade de regime de contrato de trabalho por tempo determinado, a termo resolutivo certo,**

403 para a ocupação de um posto de trabalho na categoria de técnico superior (área de geografia e
404 ordenamento do território) para o desempenho de funções no sector de sistema de informação
405 geográfica, da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística.

406 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou
407 a proposta a votação.

408 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 8 abstenções dos Deputados do PS.**

409 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
410 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

411

412 **5 - Análise e votação da proposta referente à Aprovação da Proposta de Regulamentos de Serviço.**

413 O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara para se pronunciar sobre a
414 proposta em apreciação.

415 A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

416 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão.

417 **Intervenções:**

418 O Deputado Duarte Lynce de Faria, questionou sobre qual o período que efectivamente a câmara
419 pretende reivindicar para adaptar estes tarifários.

420

421 O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara, que disse que a entidade
422 reguladora está a querer impor aos municípios cinco anos, para a cobertura dos custos e dos
423 proveitos a obter com os custos de exploração. Referiu, que o Município de Alcácer do Sal não
424 aceita que a ERSAR e o Governo, venham dizer aos municípios que têm cinco anos para passar
425 com as tarifas e com as receitas, porque entende que é necessário haver uma componente social e
426 uma componente de apoio às empresas, porque é um território com debilidades e devem ser
427 incentivadas as empresas e apoiadas as IPSS que estão na economia social.

428 Informou a ERSAR, que o Município de Alcácer do Sal, vai efectuar um trabalho a pensar numa
429 amortização a oito anos e que a ERSAR, disse que era possível, desde que fundamentado.

430 Afirmou, que não se pode desligar estes regulamentos da questão mais geral das agregações e a
431 tentativa de privatização da água, porque quando o Governo coloca poderes acrescidos na

432 ERSAR, para apertar com os municípios e com os seus munícipes, porque são eles que terão que
433 pagar, é uma opção política para engordar o sistema, para a seguir privatizar com as chamadas

434 verticalizações, com a junção do sistema em baixa com o sistema em alta.

435 Referiu que, vai ser um período de oito anos, vai ter uma componente social, vão haver escalões,
436 em que as pessoas vão pagar ligeiramente menos no social do que estão a pagar hoje e
437 naturalmente, o grande consumo vai ser penalizado.

438 Disse que as pessoas têm de perceber que a água é um bem público, que deve ser bem gerido e
439 que não se pode ficar a dever água ao município. Acrescentou que, o município tem um passivo de
440 quase quatrocentos mil euros, de vários anos, de dívidas de água que vão ter que resolver.

441
442 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

443 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

444 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
445 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

446
447 **6 - Análise e votação da proposta referente à Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de**
448 **Alcácer do Sal.**

449 O Presidente da Assembleia, por solicitação do Presidente da Câmara, deu a palavra ao Vereador
450 Manuel Vítor para se pronunciar sobre a proposta em apreciação.

451 A proposta foi apresentada pelo Vereador Manuel Vítor.

452 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão.

453 **Intervenções:**

454 O Deputado Duarte Lynce de Faria, questionou se já existe uma ideia das verbas que possam estar
455 envolvidas de fundos públicos e o que é necessário dos particulares.

456
457 O Vereador Manuel Vítor disse que o documento é ainda estratégico e que vai ser criada uma
458 equipa de trabalho, para fazer todo o trabalho de campo.

459
460 A Deputada Maria Antónia Mendes, referiu que os deputados da CDU, realçam, valorizam e
461 saúdam o Presidente da Câmara e todo o executivo, não só pelo trabalho desenvolvido mas
462 também do que se propõe fazer e que este documento é prova disso. Consideram um plano
463 ambicioso, necessário e muito bem estruturado para que Alcácer do Sal continue a trilhar um
464 caminho no sentido do desenvolvimento do concelho. Disse que, o concelho tem inúmeras
465 potencialidades e este executivo está e vai continuar a valorizá-las, sempre em benefício e em prol
466 da sua população e das suas gentes.

467

468 O Presidente da Assembleia, solicitou ao Presidente da Câmara que prestasse mais algumas
469 informações sobre a importância deste documento, relativamente às dificuldades que são criadas
470 na apresentação de candidaturas.

471

472 O Presidente da Assembleia, como era meia-noite pôs a votação a continuação da sessão, a
473 mesma foi aprovada por unanimidade.

474

475 O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara que disse considerar que vai
476 ser um grande desafio para a próxima década a questão do centro histórico de Alcácer do Sal e
477 que sem a ARU não é possível financiamento comunitário.

478 Informou que, também irá ser apresentada daqui por uns meses a ARU do Torrão.

479 Referiu que estão a encontrar grandes dificuldades com serviços dependentes da Secretaria de
480 Estado da Cultura que, nomeadamente, não aprovaram a primeira versão do projecto de
481 iluminação das igrejas, porque consideravam que se deveria reduzir os campos de luz, os holofotes
482 e os projectores. Reprovaram a colocação de dois cinzeiros no Convento dos Frades, que está a
483 funcionar como capela mortuária e reprovaram também a colocação de um gradeamento no declive
484 de acesso à garagem da família Etelvino. Informou que, numa reunião realizada em Évora, disse
485 que essas entidades, como que não têm capacidade para fazer obras, devem deixar o município
486 fazer.

487 Referiu que, o município vai celebrar um protocolo com a igreja, para ajudar gradualmente a igreja
488 na reabilitação do seu património.

489 Informou que, nos casos dos privados, o Governo está a preparar o JESSICA 2, que é um
490 programa de reabilitação urbana.

491

492 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

493 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

494 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
495 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

496

497 **7 - Análise e conhecimento da informação referente à Atividade Autárquica.**

498 O Presidente da Assembleia, colocou a informação a discussão.

499 **Intervenções:**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

500 A Deputada Luzia Carvalho, referiu que esta informação desta vez, peca por defeito, porque refere
501 que a Câmara Municipal, neste período, apenas renovou um protocolo com uma instituição, o que
502 foi um lapso, porque nesse período foram renovados seis protocolos.

503

504 **Tomado Conhecimento.**

505 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
506 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

507 **APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES** _____

508

509 **Foi lida a minuta da ata, pelo 1º secretário da mesa, a fim das deliberações nela integrantes,**
510 **produzirem efeitos imediatos.**

511 **Colocada à votação foi aprovada, por unanimidade.**

512

513

514 **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** _____

515

516 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pelas zero
517 horas e quinze minutos do dia vinte e um de Fevereiro do ano dois mil e quinze. Eu, Dina do Carmo
518 Prego Semião Sardo e Nuno Manuel Carvalho, assistentes técnicos, redigimos a presente ata, que
519 assinamos com o Presidente da Assembleia Municipal.

520

521

522

523

524 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

525

526

527

528 OS ASSISTENTES TÉCNICOS,

529

530

531

532






